



**From the SelectedWorks of Sergio Da Silva**

---

January 2008

## Restricao Orcamentaria

Contact  
Author

Start Your Own  
SelectedWorks

Notify Me  
of New Work

---

Available at: <http://works.bepress.com/sergiodasilva/115>

---

## Restrição Orçamentária

Hal R. Varian  
*Intermediate Microeconomics, 8th edition*  
Capítulo 2

---

Na teoria do consumidor, este escolhe a melhor cesta de bens que pode adquirir. “Melhor” refere-se à sua preferência. “Pode adquirir” refere-se à sua restrição orçamentária.

---

### Restrição orçamentária

---

Supomos que há um conjunto de bens e que o consumidor escolhe dois deles. Esta cesta de consumo é representada por  $(x_1, x_2)$ , onde  $x_1$  simboliza as quantidades do bem 1 e  $x_2$  representa as quantidades do bem 2.

Supomos que o consumidor conhece os preços dos bens  $(p_1, p_2)$  e que ele possui a quantidade de dinheiro para gastar  $m$ . A sua restrição orçamentária será, então,

$$p_1x_1 + p_2x_2 \leq m, \quad (1)$$

onde  $p_1x_1$  é a quantidade de dinheiro gasta com o bem 1 e  $p_2x_2$ , a quantidade de dinheiro gasta com o bem 2. A quantidade de dinheiro gasta nos dois bens não pode ultrapassar  $m$ . As cestas de consumo que o consumidor pode adquirir aos preços  $(p_1, p_2)$  são aquelas cujo custo não é maior do que  $m$ . Estas cestas perfazem seu conjunto orçamentário.

---

### Dois bens bastam

---

Se quisermos estudar a demanda do consumidor por leite, podemos considerar  $x_1$  como seu consumo de litros de leite e  $x_2$  como tudo o mais que ele gostaria de consumir: um bem composto.

Podemos também pensar que o bem 2 é a quantidade de dinheiro que pode ser gasta nos outros bens e, assim,  $p_2 = 1$ , considerando o preço da unidade monetária igual a 1.

A restrição orçamentária (1) fica sendo

$$p_1x_1 + x_2 \leq m. \quad (2)$$

A quantidade de dinheiro gasta no bem 1,  $p_1x_1$ , mais a quantidade de dinheiro gasta nos outros bens,  $x_2$ , não pode ser maior do que  $m$ .

---

### Propriedades do conjunto orçamentário

---

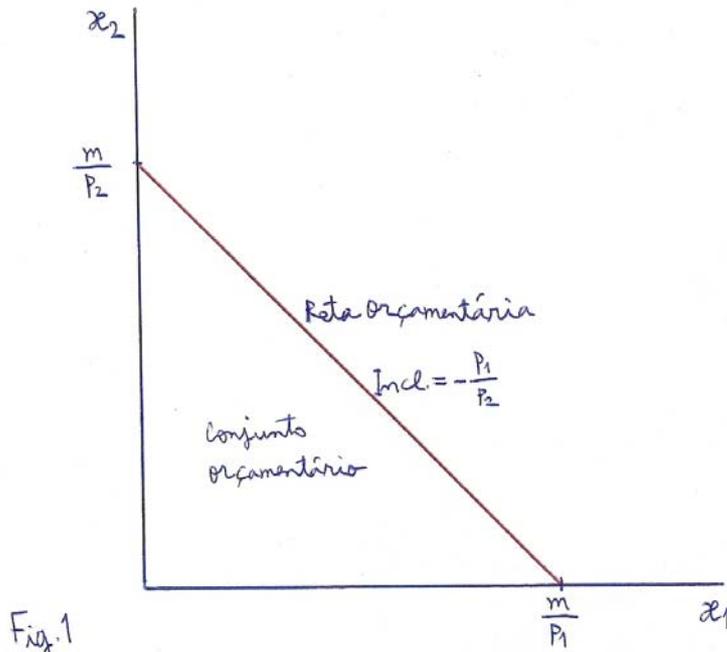
Quando os gastos com as cestas de bens utilizam toda a renda, ficamos sobre a reta orçamentária e (1) vem a ser

$$p_1x_1 + p_2x_2 = m \quad (3)$$

ou

$$\begin{aligned}
 p_2 x_2 &= m - p_1 x_1 \\
 x_2 &= \frac{m}{p_2} - \frac{p_1}{p_2} x_1.
 \end{aligned}
 \tag{4}$$

Esta equação é uma linha reta de inclinação  $= -\frac{p_1}{p_2}$ .



Quando  $x_1 = 0$  em (4), encontramos o intercepto vertical:  $x_2 = \frac{m}{p_2}$ . Quando  $x_2 = 0$  em (4),

$$\begin{aligned}
 \frac{p_1}{p_2} x_1 &= \frac{m}{p_2} \\
 x_1 &= \frac{m}{p_1},
 \end{aligned}$$

que é o intercepto horizontal. Unindo os interceptos encontramos a reta orçamentária da Figura 1.

Quanto o consumidor pode comprar do bem 1 se gastar todo o seu dinheiro nele? Isto é o mesmo que fazer  $x_2 = 0$  e a resposta é  $\frac{m}{p_1}$ , que é o intercepto horizontal.

Se o consumidor aumentar seu consumo do bem 1 em  $\Delta x_1$ , isto vai reduzir seu consumo do bem 2 em  $\Delta x_2$  para compensar, porque sua renda  $m$  está fixa. Considerando este fato em (3):

$$p_1(x_1 + \Delta x_1) + p_2(x_2 + \Delta x_2) = m.$$

Subtraindo esta equação de (3):

$$\begin{aligned}
 p_1(x_1 + \Delta x_1) + p_2(x_2 + \Delta x_2) - (p_1 x_1 + p_2 x_2) &= m - m \\
 p_1 x_1 + p_1 \Delta x_1 + p_2 x_2 + p_2 \Delta x_2 - p_1 x_1 - p_2 x_2 &= 0 \\
 p_1 \Delta x_1 + p_2 \Delta x_2 &= 0
 \end{aligned}$$

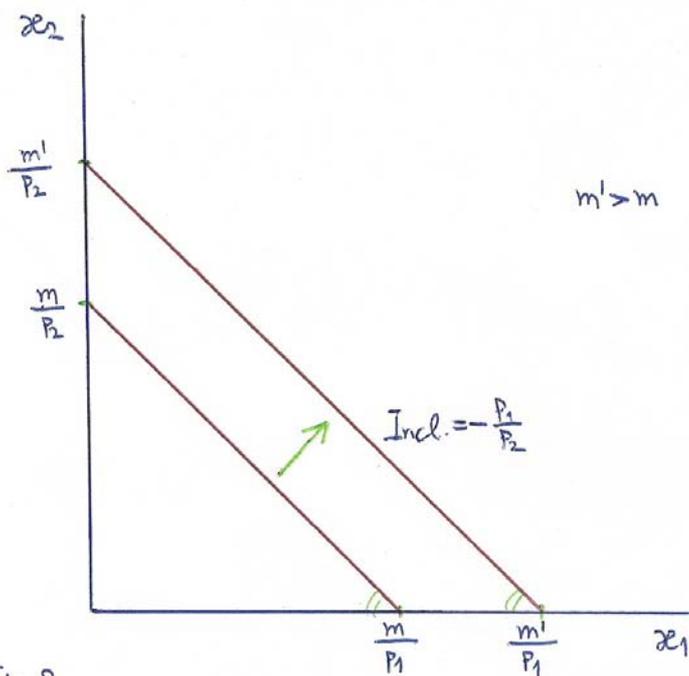
ou

$$p_2 \Delta x_2 = -p_1 \Delta x_1$$
$$\frac{\Delta x_2}{\Delta x_1} = -\frac{p_1}{p_2},$$

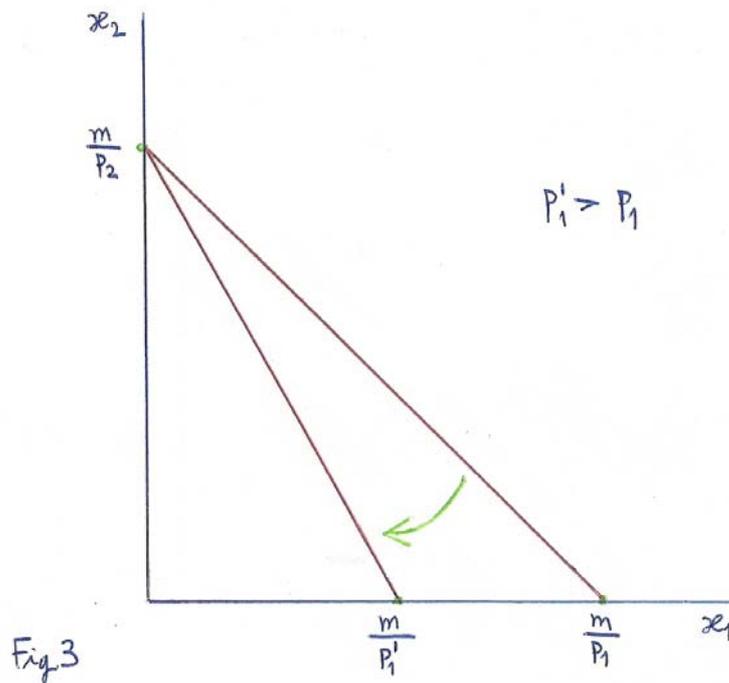
que é a inclinação da reta orçamentária. Quando aumentou seu consumo do bem 1, o consumidor reduziu (substituiu) seu consumo do bem 2.  $\Delta x_2$  e  $\Delta x_1$  têm sinais contrários: isto explica o sinal de menos na expressão da inclinação. A inclinação da reta orçamentária mede, então, o custo de oportunidade de consumir o bem 1.

### Variações da reta orçamentária

Quando os preços ( $p_1$  e  $p_2$ ) e a renda ( $m$ ) variam, o conjunto orçamentário muda. Como  $m$  não faz parte da expressão da inclinação, quando a renda aumenta, o conjunto orçamentário se expande e a reta orçamentária se desloca paralelamente para a direita (Figura 2). Se o consumidor estiver gastando todo o seu dinheiro com o bem 2, ficamos no intercepto vertical. Um aumento no preço do bem 1 não muda este fato, pois  $p_1$  não faz parte da expressão do intercepto vertical.



Mas se o consumidor depois resolver gastar toda sua renda no bem 1, ficamos no intercepto horizontal e o seu consumo vai diminuir porque o bem 1 ficou mais caro: o intercepto horizontal ( $= \frac{m}{p_1 \uparrow}$ ) desloca-se para a esquerda. A reta orçamentária então rota para dentro quando  $p_1 \uparrow$  (Figura 3).




---

### Numerário

---

Podemos dividir (3) por  $p_2$ :

$$\frac{p_1}{p_2}x_1 + x_2 = \frac{m}{p_2}.$$

Se fizermos  $p_2 = 1$  encontramos a mesma restrição orçamentária (3). Podemos então fazer isto e  $p_2$  passa a ser o numerário, que é o preço em relação ao qual medimos o outro preço  $p_1$  e a renda  $m$ .

---

### Variações na reta orçamentária

---

Considerando (3) de novo:

$$p_1x_1 + p_2x_2 = m. \quad (3)$$

Se multiplicarmos os preços e a renda por  $\alpha$ , o que acontece? A reta orçamentária não se altera, pois

$$\begin{aligned} \alpha p_1x_1 + \alpha p_2x_2 &= \alpha m \\ \alpha(p_1x_1 + p_2x_2) &= \alpha m \\ p_1x_1 + p_2x_2 &= m. \end{aligned} \quad (3)$$

---

### Impostos, subsídios e racionamento

---

A política econômica pode afetar a restrição orçamentária através de impostos.

Em um imposto sobre a quantidade, o consumidor paga ao governo em proporção ao que comprar. Nos Estados Unidos, os consumidores pagam US\$0.15 por galão (~3.8 litros) de gasolina ao governo federal. O imposto funciona como um preço mais alto, de  $p_1$  para  $p_1 + t$  ( $t > 0$ ), e a reta orçamentária fica mais íngreme, como na Figura 3.

Em um imposto sobre o preço (imposto *ad valorem*) de 6% ( $0.06 = \tau$ ), o bem que custa US\$1 passa a ser vendido por US\$1.06, ou seja,

$$\begin{aligned} &(1 + \tau)p_1 \\ &p_1 + \tau p_1 \\ &1 + 0.06, \end{aligned}$$

onde  $p_1$  é pago ao vendedor e  $\tau p_1$ , pago ao governo.

Em um subsídio à quantidade, o governo dá uma quantia  $s$  por unidade comprada e o preço fica  $p_1 - s$ . Isto torna a reta orçamentária menos inclinada (veja a Figura 3 de novo).

Em um subsídio *ad valorem* o preço será reduzido em

$$\begin{aligned} &(1 - \sigma)p_1 \\ &p_1 - \sigma p_1, \end{aligned}$$

onde  $p_1$  é pago ao vendedor e  $\sigma p_1$  é recebido do governo.

Em um imposto de montante fixo, o governo se apropria de uma quantidade fixa de dinheiro e  $m$  se reduz. Isto desloca a reta orçamentária para dentro. Já um subsídio de montante fixo desloca a reta orçamentária para fora.

Na situação de racionamento, o consumidor não pode consumir mais do que  $\bar{x}_1$ . Isto quebra a reta orçamentária no ponto em que  $x_1 > \bar{x}_1$  (Figura 4).

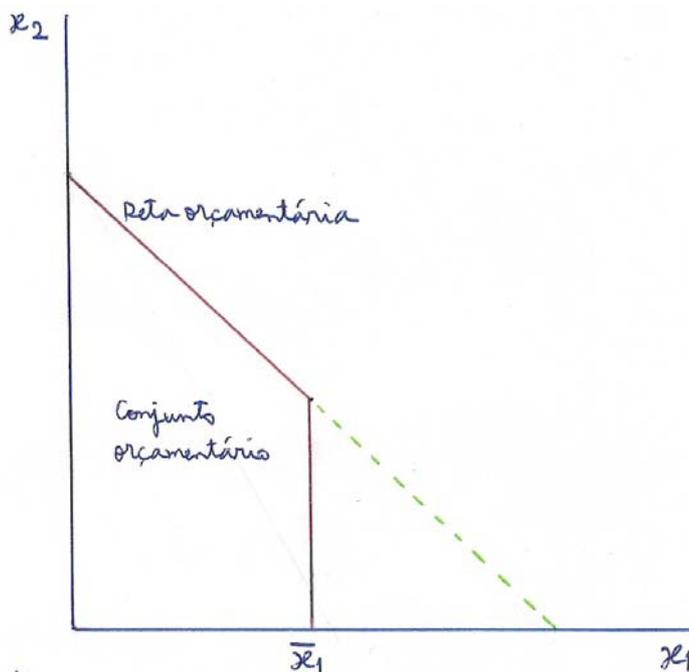
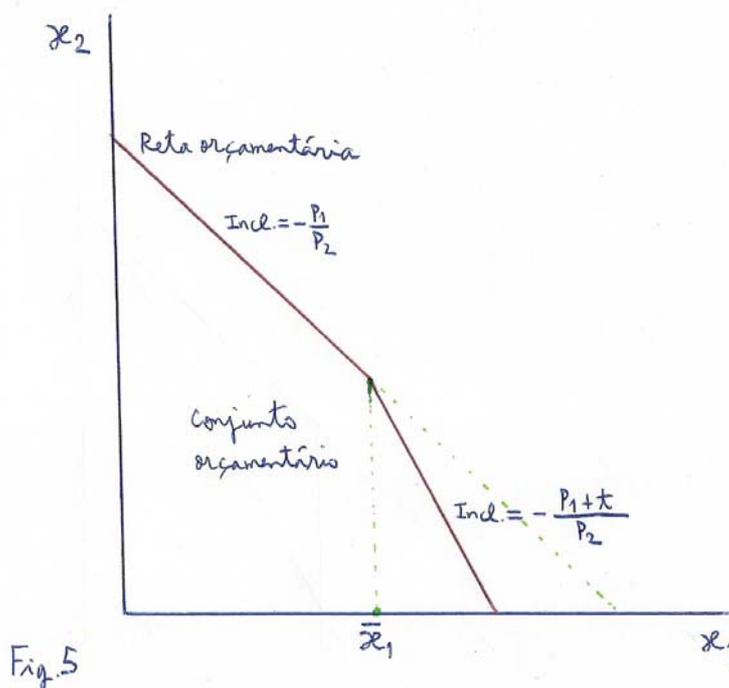


Fig. 4

Impostos, subsídios e racionamento às vezes se combinam. Por exemplo, permite-se que o consumidor consuma o bem 1 ao preço  $p_1$  até a quantidade  $\bar{x}_1$ . Consumindo mais do

que  $\bar{x}_1$ , ele paga a taxa  $t$  ( $t > 0$ ). A reta orçamentária de inclinação  $-\frac{p_1}{p_2}$  fica com a inclinação  $-\frac{(p_1+t)}{p_2}$  depois de  $\bar{x}_1$  (Figura 5).



Um exemplo prático disso é dado pelos *food stamps* antes e depois de 1979. O governo federal americano subsidia o consumo de alimentos à população pobre pela Lei do Vale-Alimentação de 1964.

Antes de 1979, uma família de quatro pessoas poderia comprar, por mês, US\$153 de vales, pagando

- US\$83, se a renda familiar fosse de US\$300 por mês
- ou

- US\$25, se a renda fosse de US\$100.

Isto era um subsídio *ad valorem*:

- A família que pagava US\$83 recebia US\$1.84 por dólar pago, porque  $\frac{153}{83} = 1.84$ . O subsídio era de 46%, pois  $1 - \frac{83}{153} = 1 - 0.54 = 0.46$
- A família que pagava US\$25 recebia US\$6.12 por dólar pago, porque  $\frac{153}{25} = 6.12$ . O subsídio era de 84%, pois  $1 - \frac{25}{153} = 1 - 0.16 = 0.84$

Na Figura 6, uma unidade (quantidade) de cada bem é representada por seu preço de US\$1. Sem vale-alimentação, a inclinação da reta orçamentária é igual a  $-\frac{p_1}{p_2} = -\frac{1}{1} = -1$ . Com vale-alimentação, no caso da família que pagava US\$25, antes do limite de US\$153 a inclinação da reta orçamentária era igual a  $-0.16 (= -\frac{25}{153})$ , o que significa que cada US\$1 gasto em alimentos reduz o consumo de outros bens em US\$0.16. Depois do limite, a inclinação ficava em  $-1$ .

Qual era a inclinação da reta orçamentária para a família que pagava US\$83? Mais íngreme do que a de antes do limite  $= -0.54 (= -\frac{83}{153})$ .

Depois de 1979, o programa virou um subsídio de montante fixo. O governo não mais vende: ele dá os vales-alimentação. Mas estes não podem ser vendidos.

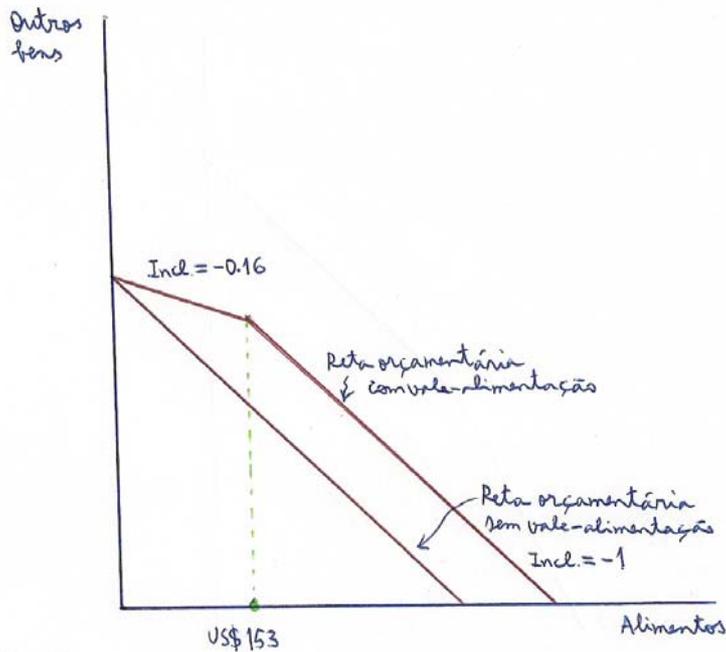


Fig. 6

Uma família que recebe US\$200 em vales tem sua renda aumentada nesse valor, deslocando a sua reta orçamentária para a direita. Depois do limite de US\$200, a inclinação da reta orçamentária fica, como antes, igual a  $-1$ : um dólar a menos gasto em alimentos significa um dólar a mais para gastar em outras coisas (Figura 7). Antes do limite, a inclinação é igual a  $0$ , pois um dólar a menos gasto em alimentos não mudará a quantidade para gastar em outras coisas, já que os vales não podem ser vendidos.

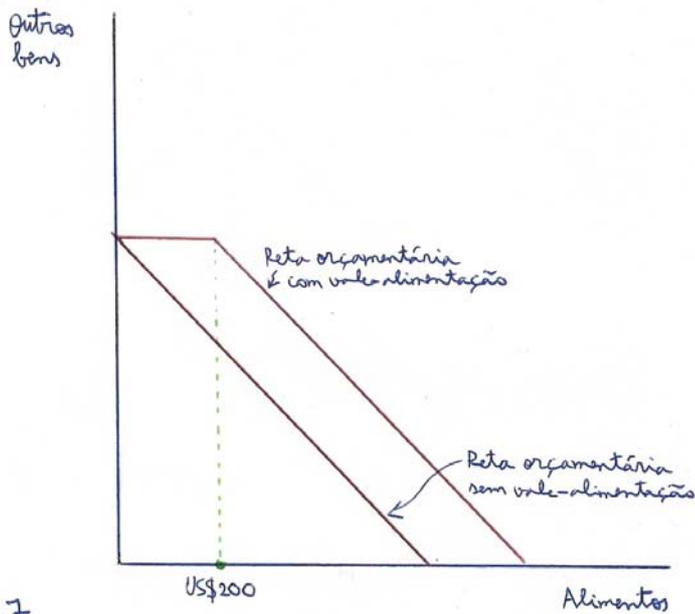


Fig. 7